



MENSAGEM AOS PROJETOS DE LEI Nº 047 E 048/2020

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentar Vossas Excelências, na oportunidade, vimos submeter à apreciação dessa Colenda Câmara de Vereadores os Projetos de Lei em anexo, os quais estão assim ementados:

- ***PROJETO DE LEI Nº 047/2020, O QUAL “ALTERA OS ARTIGOS 143 e 210 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.403, DE 29.11.1978, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL; e***
- ***PROJETO DE LEI Nº 048/2020, O QUAL “ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.090, DE 18.12.2015, QUE FIXA ÍNDICE E ESTABELECE CALENDÁRIO PARA REPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

A alteração na legislação municipal que ora se propõe, através dos projetos em epígrafe, tem por finalidade em comum estabelecer um critério único para a atualização dos débitos tributários, bem como para atualização do valor monetário da base de cálculo dos tributos municipais.

Nesse sentido, quanto a atualização da base de cálculo é imperativo que sejam respeitados os limites dos índices oficiais de correção monetária para atualização anual mediante ato do Poder Executivo, ou seja, mediante Decreto, conforme faculta o artigo 97, § 2º do Código Tributário Nacional. Do contrário, excedendo os índices oficiais a majoração de qualquer espécie tributária dependeria da edição de lei.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

No corrente exercício, verificou-se que o índice que melhor corresponde a inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que o resultado acumulado nos últimos doze meses fica em **4,31%**, o que se configura em uma medida justa e adequada à política fiscal em tempos de pandemia. Ressalta-se que o referido índice é considerado o índice inflacionário oficial adotado pelo Governo Federal.

De outra banda, índices costumeiramente adotados pelos Municípios, a exemplo do Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentam como resultado acumulado nos últimos dozes meses o índice de **24,52%**, o que extrapola em muito os índices oficiais no período, e que não ultrapassam em média o quantitativo de 5,0%. Ou seja, a utilização do IGP-M implicaria em uma majoração da carga tributária e não em atualização, dependendo, porquanto, da edição de lei específica para a sua aplicação na hipótese de opção do Município por esse índice.

Assim, a medida proposta é definir na lei municipal o índice de correção a ser aplicado por ato do Executivo de maneira que melhor reflita a inflação oficial, de forma a se aproximar de uma justiça fiscal constitucionalmente assegurada, evitando ao Executivo incorrer em majoração ou em benefício injustificados.

Para tanto, torna-se imperativo a alteração dos dispositivos legais inseridos na legislação tributária municipal em foco, de forma a restar definido, expressamente, um índice de atualização monetária a ser aplicado, no caso, fazendo-se previsão legal da opção pelo IPCA.

Assim sendo, invocando a pertinência da presente proposição de Lei, colocamos a disposição dessa Casa os servidores municipais das secretarias de Finanças e de Administração para elucidar o que for necessário.

Jaguari, RS, 28 de dezembro de 2020.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI Nº 047/2020

Altera os artigos 143 e 210 da Lei Municipal nº 1.403, de 29.11.1978, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados o inciso I do artigo 143 e o artigo 210 da Lei Municipal nº 1.403, de 29 de novembro de 1978, que institui o Código Tributário Municipal, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 143.

I – Correção Monetária do débito, a partir do dia seguinte à data do vencimento da obrigação até o dia anterior ao do seu pagamento, calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

Art. 210. A Base de Cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza no caso de autônomos ou equiparados, das Taxas e do Valor de Referência Municipal (VRM), a partir de 01 de janeiro de 1996 será igual a R\$ 7,00 (sete reais).

Parágrafo único. A Base de Cálculo prevista neste artigo será atualizada anualmente por meio de Decreto do Poder Executivo, mediante a aplicação da variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incidente sobre a base de cálculo do exercício imediatamente anterior.

Art. 210-A. A Base de Cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será atualizada anualmente por meio de Decreto do Poder Executivo, mediante a aplicação da variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incidente sobre a base de cálculo do exercício imediatamente anterior.”



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, DE DE

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º ÀS FLS.
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: / /

CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,
Secretário de Administração.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI Nº 048/2020

Altera o art. 2º da Lei Municipal nº 3.090, de 18.12.2015, que fixa índice e estabelece calendário para reposição da base de cálculo do IPTU e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal nº 3.090, de 18 de dezembro de 2015, que fixa índice e estabelece calendário para reposição da Base de Cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e dá outras providências, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. Após a aplicação da recuperação prevista no artigo 1º desta Lei o valor resultante será atualizado monetariamente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, DE DE

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º ÀS FLS.
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: / /

CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,
Secretário de Administração.